

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	34
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	35
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	39
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2023</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
<b>Total</b>	<b>786.406</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
1	Ativo Total	1.282.636	1.269.669
1.01	Ativo Circulante	308.591	287.210
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	278.833	255.744
1.01.03	Contas a Receber	18.146	20.440
1.01.03.01	Clientes	1.136	1.117
1.01.03.01.01	Concessionárias	1.136	1.117
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.010	19.323
1.01.03.02.01	Rendas a receber	17.010	19.323
1.01.04	Estoques	7.904	7.782
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.700	2.261
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.700	2.261
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	0
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	2.695	2.261
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.008	983
1.01.08.03	Outros	1.008	983
1.01.08.03.01	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.02	Outros créditos	960	935
1.02	Ativo Não Circulante	974.045	982.459
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.482	2.330
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.482	2.330
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos vinculados	1.720	1.550
1.02.01.10.04	Prêmio de risco - GSF	239	252
1.02.01.10.05	Outros créditos	523	528
1.02.03	Imobilizado	945.492	953.300
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	917.283	926.161
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.059	703
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	27.150	26.436
1.02.04	Intangível	26.071	26.829
1.02.04.01	Intangíveis	26.071	26.829
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	23.776	24.896
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	706	761
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	1.589	1.172

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
2	Passivo Total	1.282.636	1.269.669
2.01	Passivo Circulante	142.763	95.880
2.01.02	Fornecedores	3.560	6.086
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.560	6.086
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.289	17.426
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.256	17.271
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.080	5.631
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.176	11.640
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	30	53
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3	102
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	26.395	11.615
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	26.395	11.615
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	26.395	11.615
2.01.05	Outras Obrigações	99.133	54.275
2.01.05.02	Outros	99.133	54.275
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	87.014	42.714
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	8.273	8.224
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	3.846	3.337
2.01.06	Provisões	4.386	6.478
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	44	44
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	44	44
2.01.06.02	Outras Provisões	4.342	6.434
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.342	6.434
2.02	Passivo Não Circulante	206.435	205.434
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	101.142	100.218
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	101.142	100.218
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	101.142	100.218
2.02.02	Outras Obrigações	69.633	69.820
2.02.02.02	Outros	69.633	69.820
2.02.02.02.05	Uso do bem público	67.747	68.578
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	1.886	1.242
2.02.03	Tributos Diferidos	15.473	15.971
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.473	15.971
2.02.04	Provisões	20.187	19.425
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.766	16.954
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.163	1.121
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	16.603	15.833
2.02.04.02	Outras Provisões	2.421	2.471
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	2.045	1.991
2.02.04.02.04	Outras provisões	376	480
2.03	Patrimônio Líquido	933.438	968.355
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	104.483	148.778
2.03.04.01	Reserva Legal	61.149	61.149

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	30.416	16.816
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	57.895
2.03.04.10	Reserva de Investimento	12.918	12.918
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.378	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	645	645

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	48.881	55.019
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15.152	-14.676
3.02.01	Custo com energia elétrica	-233	-212
3.02.02	Custo de operação	-14.919	-14.464
3.03	Resultado Bruto	33.729	40.343
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.685	-2.568
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.689	-2.563
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.689	-2.563
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-5
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	31.044	37.775
3.06	Resultado Financeiro	-9.887	-6.112
3.06.01	Receitas Financeiras	8.064	3.185
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.951	-9.297
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.157	31.663
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.779	-11.392
3.08.01	Corrente	-12.278	-13.239
3.08.02	Diferido	499	1.847
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.378	20.271
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.378	20.271
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00381	0,03089
3.99.01.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,0367	0,03669
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,03669	0,03669
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00381	0,03089
3.99.02.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,0367	0,03669
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,03669	0,03669

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	9.378	20.271
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.378	20.271

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.691	32.316
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	49.112	50.611
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.157	31.663
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	10.029	9.740
6.01.01.08	Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos	15.704	3.983
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.269	3.798
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	766	834
6.01.01.18	Outros	187	593
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-24.421	-18.295
6.01.02.01	Concessionárias	-19	-101
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-1.660	-841
6.01.02.04	Rendas a receber	2.313	-8.483
6.01.02.05	Estoques	-122	-14
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-138	0
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-20	-144
6.01.02.08	Fornecedores	-2.526	-2.565
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-55	1.288
6.01.02.13	Provisões	-2.451	-1.086
6.01.02.14	Uso do bem público	-2.051	-1.875
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	1.112	-39
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-18.804	-4.435
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.535	-92
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-1.535	-92
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67	-64
6.03.06	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-67	-64
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.089	32.160
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	255.744	130.430
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	278.833	162.590

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	148.778	0	645	968.355
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	148.778	0	645	968.355
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-57.895	0	0	-57.895
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 26/04/2023	0	0	-57.895	0	0	-57.895
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.378	0	9.378
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.378	0	9.378
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.600	0	0	13.600
5.06.04	Reserva de retenção de lucros	0	0	13.600	0	0	13.600
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	104.483	9.378	645	933.438

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	93.329	0	416	912.677
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	93.329	0	416	912.677
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-9.917	0	0	-9.917
5.04.08	Dividendos adicionais	0	0	-9.917	0	0	-9.917
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.271	0	20.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.271	0	20.271
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.953	0	0	1.953
5.06.04	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.953	0	0	1.953
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	85.365	20.271	416	924.984

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
7.01	Receitas	55.121	60.944
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	53.990	60.750
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.131	194
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.695	-3.411
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-24	-23
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.074	-2.810
7.02.04	Outros	-597	-578
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-233	-211
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-364	-367
7.03	Valor Adicionado Bruto	51.426	57.533
7.04	Retenções	-10.029	-9.806
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.029	-9.806
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	41.397	47.727
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.455	3.340
7.06.02	Receitas Financeiras	8.455	3.340
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	49.852	51.067
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	49.852	51.067
7.08.01	Pessoal	4.181	3.580
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.237	2.822
7.08.01.02	Benefícios	713	579
7.08.01.03	F.G.T.S.	231	179
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.852	17.854
7.08.02.01	Federais	17.591	17.688
7.08.02.02	Estaduais	210	92
7.08.02.03	Municipais	51	74
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.441	9.362
7.08.03.01	Juros	17.951	9.297
7.08.03.02	Aluguéis	490	65
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.378	20.271
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.378	20.271



## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2023(\*)

(\*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

#### A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.424,7 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

#### PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		1T23	2022	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.282.636	1.269.669	1,0%
Patrimônio líquido	R\$ mil	933.438	968.355	-3,6%
Dívida líquida	R\$ mil	-151.296	-143.911	5,1%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	-0,16	-0,15	9,1%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	-0,82	-1,20	-31,6%

RESULTADOS	Unidade	Acumulado		Var. %
		03M23	03M22	
Receita Líquida	R\$ mil	48.881	55.019	-11,2%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	(17.604)	(17.032)	3,4%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(233)	(212)	9,9%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	31.044	37.775	-17,8%
EBITDA	R\$ mil	41.073	47.515	-13,6%
Resultado financeiro	R\$ mil	(9.887)	(6.112)	61,8%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	21.157	31.663	-33,2%
Lucro líquido	R\$ mil	9.378	20.271	-53,7%

\* inclui depreciação e amortização

#### Margens

Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	84,03%	86,36%	-2,3%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	19,19%	36,84%	-17,7%



## Comentário do Desempenho

### DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1T23, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 1.319,4 GWh de energia, valor 8,2% menor do que os 1.437,2 GWh gerados no 1T22, devido à baixa afluência (vazão) do Rio Tocantins. A UHE Lajeado continua mantendo o desempenho histórico, com disponibilidade acumulada (60 meses) ao final do 1T23 no valor de 97,78%, 0,45 pontos percentuais abaixo dos 98,23% ao final do 1T22. A Taxa de Falha (12 meses) se manteve no menor valor histórico ao final do 1T23 no valor de 0,0 falhas/ano.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

<b>DEMONSTRATIVO DE RESULTADO</b>	<b>03M23</b>	<b>03M22</b>	<b>%</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>48.881</b>	<b>55.019</b>	<b>-11,2%</b>
<b>Gastos não gerenciáveis</b>	<b>(233)</b>	<b>(212)</b>	<b>9,9%</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(21)	(20)	5,0%
Encargos de uso da rede elétrica	(212)	(192)	10,4%
<b>Margem bruta</b>	<b>48.648</b>	<b>54.807</b>	<b>-11,2%</b>
<b>Gastos gerenciáveis</b>	<b>(17.604)</b>	<b>(17.032)</b>	<b>3,4%</b>
<b>Total PMSO</b>	<b>(7.575)</b>	<b>(7.292)</b>	<b>3,9%</b>
Pessoal	(4.661)	(4.171)	11,7%
Materiais	(241)	(246)	-2,0%
Serviços de terceiros	(1.739)	(2.319)	-25,0%
Arrendamentos e aluguéis	(490)	(65)	653,8%
Provisões e contingências	4	(5)	-180,0%
Outros gastos gerenciáveis	(448)	(486)	-7,8%
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(10.029)</b>	<b>(9.740)</b>	<b>3,0%</b>
Depreciação	(8.854)	(8.859)	-0,1%
Amortização	(1.175)	(881)	33,4%
<b>Resultado do serviço (EBIT)</b>	<b>31.044</b>	<b>37.775</b>	<b>-17,8%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>41.073</b>	<b>47.515</b>	<b>-13,6%</b>
Margem EBITDA	84,0%	86,4%	-2,7%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(9.887)</b>	<b>(6.112)</b>	<b>61,8%</b>
Receitas financeiras	8.064	3.185	153,2%
Despesas financeiras	(17.951)	(9.297)	93,1%
<b>LAIR</b>	<b>21.157</b>	<b>31.663</b>	<b>-33,2%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(11.779)</b>	<b>(11.392)</b>	<b>3,4%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.278)	(13.239)	-7,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	499	1.847	-73,0%
<b>Lucro líquido</b>	<b>9.378</b>	<b>20.271</b>	<b>-53,7%</b>

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 48,8 milhões no 1T23, decréscimo de 11,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A diminuição de R\$ 6,1 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.



## Comentário do Desempenho

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 233 mil no primeiro trimestre do ano, 9,9% maior que os R\$ 212 mil do período comparativo.

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 17,6 milhões no primeiro trimestre de 2023, aumento de 3,4% em relação ao primeiro trimestre de 2022.

No primeiro trimestre de 2023 o **EBITDA** alcançou R\$ 41,0 milhões, valor 13,6% inferior ao alcançado no 1T22, devido principalmente a menor receita de arrendamento do período.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 10,0 milhões, no primeiro trimestre do ano, 3,0% maior com o período comparativo.

A variação do **Resultado Financeiro** líquido 1T23 foi positiva em R\$ 3,7 milhões, 61,8% melhor em relação ao 1T22, decorrente do aumento do AVP – Ações Preferenciais (Despesa) mitigado parcialmente pela maior renda sobre aplicações financeiras e menor atualização monetária do UBP.

No 1T23, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 9,3 milhões, diminuindo R\$10,8 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, decorrente dos efeitos mencionados anteriormente.

### ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	1T23	4T22	var.%	1T22	var.%
( + ) Dívida bruta	127.537	111.833	14,0%	104.724	21,8%
( - ) Disponibilidades	-278.833	-255.744	9,0%	-162.590	71,5%
<b>( = ) Dívida líquida</b>	<b>-151.296</b>	<b>-143.911</b>	<b>5,1%</b>	<b>-57.866</b>	<b>161,5%</b>

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 127,5 milhões em 31 de março de 2023, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes “A”, “B” e “C” emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 278,8 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 151,3 milhões em 31 de março de 2023. Essa variação ocorreu, em maior parte, devido ao aumento da geração de caixa operacional da empresa.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

#### 1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MWm, representando uma potência total instalada de 902,5MWm, uma potência assegurada de 823,3MWm e uma garantia física de 479,9MWm (Nota 3.1).

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães de 15 de janeiro de 2033 para 22 de novembro de 2035 que representa um acréscimo de extensão de 980 dias.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final do contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais têm compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

#### 1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de março de 2023 de R\$8.589, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de março de 2023, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$76.020 (R\$76.802 em 31 de dezembro de 2022). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

#### 1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

## 2 Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Para o período findo em 31 de março de 2023, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 13 de abril de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2022.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas devido as variações não serem relevantes comparadas às informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 27 de fevereiro de 2022. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2022	Título da nota explicativa	Justificativa
2.6	Informações por segmento	(b)
2.8	Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes	(a)
2.9	Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC	(a)
2.10	Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC	(a)
5	Concessionárias	(b)
10	Estoques	(b)
18	Benefício pós emprego	(a)
19	Uso do bem público - UBP	(b)
21.3.5	Outros resultados abrangentes	(a)
27.1.1.1	Ativos financeiros	(b)
27.1.1.2	Passivos financeiros	(b)
27.1.2	Valor justo	(b)
27.1.2.1	Mensuração a valor justo	(b)
30	Cobertura de seguros	(a)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2023 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, consideradas imateriais pela Administração da Companhia.

### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

### 2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 22.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis intermediárias, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 9.1); Determinação da receita com arrendamento (Notas 5 e 17); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 15.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 15.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros.

### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

#### Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No período findo em 31 de março de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

## 3 Eventos significativos do período

### 3.1 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHES Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, o Consórcio está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 505,1MW para 479,9MW.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 3.2 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não terem sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. A Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	22.153	21.934
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	256.680	233.810
	256.680	233.810
Total	278.833	255.744

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 101,50% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 22.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

#### 5 Rendas a receber

	Circulante	
	31/03/2023	31/12/2022
Lajeado Energia	12.417	14.106
Paulista Lajeado	1.191	1.352
CEB Lajeado	3.402	3.865
	17.010	19.323

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 8).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão. Os saldos são todos vencedores e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no período da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 17), é decorrente, substancialmente, da combinação de três fatores: (i) aumento do IPCA realizado em relação ao projetado de 3,66 p.p. para o exercício de 2023; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2023 em relação ao exercício anterior de 0,88 p.p. e (iii) menor coeficiente de ajuste do contrato de arrendamento entre os exercícios.

#### 6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/03/2023
<b>Ativos compensáveis</b>						
Imposto de renda e contribuição social a compensar		-	-	4.186	(4.181)	5
Total Circulante		-	-	4.186	(4.181)	5
<b>Outros tributos compensáveis</b>						
PIS e COFINS		841	249	-	(250)	840
IRRF sobre aplicações financeiras		1.420	1.553	-	(1.118)	1.855
Total Circulante		2.261	1.802	-	(1.368)	2.695
<b>Passivos a recolher</b>						
Imposto de renda e contribuição social a recolher		5.631	12.278	(5.525)	(5.304)	7.080
Total Circulante		5.631	12.278	(5.525)	(5.304)	7.080
<b>Outros tributos a recolher</b>						
ICMS		155	46	(170)	-	31
PIS e COFINS		1.940	5.384	(5.303)	(250)	1.771
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		189	104	(193)	-	100
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	9.088	-	(9.093)	5	-
Encargos com pessoal		423	952	(1.068)	-	307
Outros		-	-	-	-	-
Total Circulante		11.795	6.486	(15.827)	(245)	2.209

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

#### 6.1 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$9.088 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 que foi liquidado em janeiro de 2023.

#### 7 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não circulante	
		31/03/2023	31/12/2022
PIS e COFINS		20	19
Imposto de renda e contribuição social	7.1	15.453	15.952
		15.473	15.971

#### 7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

##### 7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
						2023	2022
<b>Diferenças temporárias</b>							
Benefício pós-emprego		79	64			15	15
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		4.428	4.166			262	282
Uso do bem público - CPC 25		25.847	26.113	5.527	5.649	(144)	709
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.1.1.1			34.752	35.468	716	690
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		332	332				
Direito de concessão - GSF				942	961	19	
Licenças ambientais				5.089	4.669	(420)	153
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		542	504	360	420	98	15
Outras		138	174	149	138	(47)	(17)
<b>Total bruto</b>		<b>31.366</b>	<b>31.353</b>	<b>46.819</b>	<b>47.305</b>	<b>499</b>	<b>1.847</b>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(31.366)	(31.353)	(31.366)	(31.353)		
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.453</b>	<b>15.952</b>		

##### 7.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 14).

##### 7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	Total Não circulante
3.684	4.912	4.912	3.772	3.392	10.694	31.366

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

# Notas Explicativas

## Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 13) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 14), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo				Resultados	
				Circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
				31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
								2023	2022		
<b>Concessionárias</b>											
<b>Suprimento de energia elétrica</b>											
EDP São Paulo	Controle Comum	317,47	01/08/2002 a 15/12/2032	283	333					822	870
EDP São Paulo	Controle Comum	293,26	01/08/2005 a 15/12/2022								23
<b>Uso do sistema de transmissão</b>											
EDP São Paulo	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032	26	27					76	76
				309	360	-	-	-	-	898	969
<b>Fornecedores</b>											
<b>Uso do sistema de transmissão</b>											
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033			1				(2)	
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033			1				(2)	
EDP Goiás	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033							(1)	
<b>Contrato de prestação de serviços (b)</b>											
EDP Goiás	Controle comum (*)		01/06/2022 a 31/12/2024			751	553			(237)	
				-	-	753	553	-	-	(242)	-
<b>Rendas a receber (Nota 5)</b>											
<b>Arrendamento UHE Lajeado</b>											
Lajeado	Controladora direta		15/01/1998 a 15/01/2033	12.417	14.106					37.252	42.318
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.402	3.865					10.206	11.594
Paulista Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	1.191	1.352					3.573	4.058
				17.010	19.323	-	-	-	-	51.031	57.970
<b>Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 9)</b>											
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)</b>											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2027					521	457	(235)	23
<b>Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)</b>											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2026					86	20	(86)	(93)
EDP São Paulo	Controle Comum		01/01/2021 a 31/12/2022						5		(3)
<b>Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)</b>											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2023					316	7	(316)	(427)
<b>Contrato de prestação de serviços (d)</b>											
EDP Trading	Controle Comum		01/12/2019 a 30/11/2024								(237)
				-	-	-	-	923	489	(637)	(737)
				17.319	19.683	753	553	923	489	51.050	58.202

(\*) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(\*\*) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 24.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

**(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora final EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, EDP Smart Energia, Enerpeixe, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Goiás (\*) e EDP Transmissão SP-MG. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 01 de março de 2023, mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027.

**(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2022, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora final EDP - Energias do Brasil, após sua celebração ter sido aprovada pela ANEEL por meio do Despacho 304/2022. O contrato celebra o compartilhamento entre a Companhia e as partes relacionadas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (\*\*), EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão Litoral Sul, Mata Grande Transmissora de Energia, EDP Transmissão Norte e EDP Transmissão SP-MG.

Além disso, em 2021 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da controlada EDP São Paulo localizada em São José dos Campos, ambos com vigência, inicialmente até 31 de dezembro de 2021. O primeiro desses contratos celebra o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controlada e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, e o segundo contrato celebra o compartilhamento entre as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Devido aos montantes envolvidos no compartilhamento, esses instrumentos jurídicos são dispensados de anuência prévia da ANEEL.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás (\*) como parte dos contratos, bem como estendendo o prazo desses contratos até 31 de dezembro de 2023.

Mesmo dispensados de anuência, os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à aprovação da ANEEL.

**(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (\*\*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás(\*\*) como partes do contrato.

O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. O contrato de compartilhamento de atividades de *backOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

**(d) Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Trading. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 01 de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R\$69, atualizado anualmente pelo IPCA.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás (\*) assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 31 de dezembro de 2024.

(\*) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(\*\*) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

### 8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

### 8.2 Remuneração dos administradores

#### 8.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia

	2023				2022			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	176	19	37	232	169	19	37	225
Benefícios de curto prazo (b)	8			8	7			7
Benefícios - Previdência Privada	2			2				-
Total	186	19	37	242	176	19	37	232

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

### 9 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Outros créditos - Ativo				
Serviços em curso		74	64	528
Despesas pagas antecipadamente		782	772	
Outros		104	99	
Total		960	935	528
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento		178	391	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8		923	489
Arrendamentos e aluguéis	9.1	179	198	752
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.882	2.593	
Encargos Setoriais		64	63	
Outros		543	92	1
Total		3.846	3.337	1.886

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 9.1 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2022	Ingressos	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Saldo em 31/03/2023
Edifícios	131	404	(49)	(336)	(2)	148
Veículos	67		(18)	(18)		31
Total Circulante	198	404	(67)	(354)	(2)	179
Edifícios	597			336	(150)	783
Veículos	155			18	7	180
Total Não circulante	752	-	-	354	(143)	963

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
<b>Circulante</b>				
2023	92	8,28%	10	9,21%
2024	56	11,04%	21	13,81%
Total Circulante	148		31	
<b>Não circulante</b>				
2024	66	11,19%	40	13,81%
2025	90	11,19%	54	13,81%
2026	81	11,19%	86	13,81%
2027	73	11,19%	-	0,00%
2028	65	11,19%		
2029 até 2035	408	11,19%		
Total Não circulante	783		180	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	2.252	1.593
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(208)	(147)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 10). O valor de adições refere-se principalmente à nova sede da controladora final, localizada em São Paulo.

#### 10 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do período.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 10.1 Composição do imobilizado

	31/03/2023				31/12/2022			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Geração								
Terrenos		117.759		117.759		117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	696.032	(280.540)	415.492	2,00	696.032	(277.059)	418.973
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,23	334.371	(158.675)	175.696	2,23	334.371	(156.812)	177.559
Máquinas e equipamentos	3,12	436.141	(235.953)	200.188	3,12	436.141	(232.599)	203.542
Veículos	14,29	598	(566)	32	14,29	598	(558)	40
Móveis e utensílios	8,46	1.002	(288)	714	7,17	1.002	(266)	736
		<u>1.585.903</u>	<u>(676.022)</u>	<u>909.881</u>		<u>1.585.903</u>	<u>(667.294)</u>	<u>918.609</u>
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	529	(347)	182	3,22	529	(343)	186
Máquinas e equipamentos	2,44	17.560	(11.627)	5.933	2,44	17.560	(11.543)	6.017
		<u>18.089</u>	<u>(11.974)</u>	<u>6.115</u>		<u>18.089</u>	<u>(11.886)</u>	<u>6.203</u>
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,24	93	(26)	67	12,24	93	(23)	70
Máquinas e equipamentos	11,00	1.360	(1.071)	289	11,45	1.360	(1.049)	311
Veículos	14,29	1.089	(749)	340	14,29	1.089	(732)	357
Móveis e utensílios	8,69	1.009	(418)	591	8,46	1.009	(398)	611
		<u>3.551</u>	<u>(2.264)</u>	<u>1.287</u>		<u>3.551</u>	<u>(2.202)</u>	<u>1.349</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.607.543</u>	<u>(690.260)</u>	<u>917.283</u>		<u>1.607.543</u>	<u>(681.382)</u>	<u>926.161</u>
Ativos de direito de uso (Nota 10.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	15,53	1.385	(517)	868	18,18	981	(482)	499
Veículos	20,00	255	(64)	191	20,00	255	(51)	204
Total Ativos de direito de uso		<u>1.640</u>	<u>(581)</u>	<u>1.059</u>		<u>1.236</u>	<u>(533)</u>	<u>703</u>
Imobilizado em curso								
Geração		26.357		26.357		25.690		25.690
Administração		793		793		746		746
Total do imobilizado em curso		<u>27.150</u>	<u>-</u>	<u>27.150</u>		<u>26.436</u>	<u>-</u>	<u>26.436</u>
Total do imobilizado		<u>1.636.333</u>	<u>(690.841)</u>	<u>945.492</u>		<u>1.635.215</u>	<u>(681.915)</u>	<u>953.300</u>

#### 10.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à filial da controladora final localizada em São Paulo.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

#### 10.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2022	Ingressos	Depreciações	Valor líquido 31/03/2023
<b>Imobilizado em serviço</b>				
Terrenos	117.759			117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	418.973		(3.481)	415.492
Edificações, obras civis e benfeitorias	177.815		(1.870)	175.945
Máquinas e equipamentos	209.870		(3.460)	206.410
Veículos	397		(25)	372
Móveis e utensílios	1.347		(42)	1.305
Total do imobilizado em serviço	<u>926.161</u>	<u>-</u>	<u>(8.878)</u>	<u>917.283</u>
Ativos de direito de uso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	499	404	(35)	868
Veículos	204		(13)	191
Total Ativos de direito de uso	<u>703</u>	<u>404</u>	<u>(48)</u>	<u>1.059</u>
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	12.288	69		12.357
Adiantamento a fornecedores	-	472		472
A ratear	400			400
Depósitos Judiciais	13.138			13.138
Outros	610	173		783
Total do imobilizado em curso	<u>26.436</u>	<u>714</u>	<u>-</u>	<u>27.150</u>
Total do imobilizado	<u>953.300</u>	<u>1.118</u>	<u>(8.926)</u>	<u>945.492</u>

#### 11 Intangível

Está mensurado pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 11.1 Composição do intangível

Nota	31/03/2023				31/12/2022				
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço									
Geração									
Software	20,00	363	(206)	157	20,00	363	(192)	171	
Direito de concessão - Licenças ambientais	19,82	22.014	(17.419)	4.595	19,82	22.014	(16.730)	5.284	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	3,22	31.864	(15.610)	16.254	3,22	31.864	(15.249)	16.615
Direito de concessão - GSF	11.2.2	6,78	3.269	(499)	2.770	6,78	3.269	(443)	2.826
			57.510	(33.734)	23.776		57.510	(32.614)	24.896
Administração									
Software	20,00	1.943	(1.237)	706	20,00	1.943	(1.182)	761	
		1.943	(1.237)	706		1.943	(1.182)	761	
Total do intangível em serviço		59.453	(34.971)	24.482		59.453	(33.796)	25.657	
Intangível em curso									
Geração			156	156		154		154	
Administração			1.433	1.433		1.018		1.018	
Total do intangível em curso		1.589	-	1.589		1.172	-	1.172	
Total do intangível		61.042	(34.971)	26.071		60.625	(33.796)	26.829	

#### 11.2 Movimentação do intangível

Nota	Valor líquido 31/12/2022	Ingressos	Amortizações	Valor líquido 31/03/2023
Intangível em serviço				
Software	932		(69)	863
Direito de concessão - Licenças ambientais	5.284		(689)	4.595
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	16.615	(361)	16.254
Direito de concessão - GSF	11.2.2	2.826	(56)	2.770
Total do intangível em serviço	25.657	-	(1.175)	24.482
Intangível em curso				
Software	1.172	417	-	1.589
Total do Intangível em curso	1.172	417	-	1.589
Total do Intangível	26.829	417	(1.175)	26.071

##### 11.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão.

Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão, o Direito de Concessão relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão.

##### 11.2.2 Direito de concessão - GSF

A Administração da Companhia efetuou o registro contábil conforme cálculos divulgados pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR, totalizando um incremento de 32,7 meses na concessão da Companhia, referente ao ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* – GSF, conforme Resolução Autorizativa nº 12.255/2022.

#### 12 Fornecedores

	Circulante	
	31/03/2023	31/12/2022
Encargos de uso da rede elétrica	78	79
Materiais e serviços	3.482	6.007
Total	3.560	6.086

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

#### 13 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

##### Dividendos adicionais

Foi aprovada em AGO, realizada em 26 de abril de 2023, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Foi da seguinte forma destinado: (i) R\$5.518 como Constituição de Reserva Legal; (ii) JSCP no valor de R\$46.943 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R", e R\$13.462 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" e; (iii) dividendos complementares no valor de R\$57.895 já contabilizados em 31 de dezembro de 2022 na rubrica de Lucros a deliberar. O JSCP e os dividendos serão pagos no decorrer do exercício de 2023.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no período:

Passivo	Saldo em 31/12/2022	Dividendos Adicionais	JSCP	Saldo em 31/03/2023
Lajeado Energia	29.128	32.336		61.464
CEB Lajeado	7.980	8.859		16.839
Paulista Lajeado Energia	2.794	3.100		5.894
Acionistas não controladores	2.812		5	2.817
	<u>42.714</u>	<u>44.295</u>	<u>5</u>	<u>87.014</u>

(\*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

## 14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

### 14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Finalidade	Forma de pagamento	31/03/2023				31/12/2022			
			Encargos		Principal	Total	Encargos		Principal	Total
			Circulante	Não circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Não circulante	
	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	26.395	31.385	69.757	127.537	11.615	31.901	68.317	111.833
Total			<u>26.395</u>	<u>31.385</u>	<u>69.757</u>	<u>127.537</u>	<u>11.615</u>	<u>31.901</u>	<u>68.317</u>	<u>111.833</u>

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

#### 14.1.1 Ações recebíveis cumulativas

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de março de 2023 de R\$127.537 (R\$111.833 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

#### 14.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em
	31/12/2022				31/03/2023
<b>Circulante</b>					
Juros	11.615	13.600	1.180		26.395
	<u>11.615</u>	<u>13.600</u>	<u>1.180</u>	<u>-</u>	<u>26.395</u>
<b>Não circulante</b>					
Principal	68.317			1.440	69.757
Juros	31.901		(1.180)	664	31.385
	<u>100.218</u>	<u>-</u>	<u>(1.180)</u>	<u>2.104</u>	<u>101.142</u>

#### Juros provisionados

Referem-se aos dividendos intermediários e complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia (Nota 13), registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 19). A abertura dos juros por ação é demonstrado na tabela a seguir:

2023	
Dividendos adicionais atribuíveis aos acionistas das ações:	
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.794
Preferenciais Classe "C" (PNC)	11.806
	<u>13.600</u>

#### 14.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2023	25.215
2024	1.180
	<u>26.395</u>
Não circulante	
2024	2.996
2025	3.675
2026	3.381
2027	3.110
2028 até 2032	87.980
	<u>101.142</u>
Total	<u>127.537</u>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 15 Provisões e Depósitos vinculados

Nota	Passivo				Ativo		
	Provisões				Depósitos vinculados		
	Circulante		Não circulante		Não circulante		
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.1			16.979	16.313	1.720	1.550
Licenças ambientais	15.2	4.342	6.434	2.045	1.991		
Total		4.342	6.434	19.024	18.304	1.720	1.550

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

#### 15.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. A atualização monetária é mensal e por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

#### 15.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Nota	Passivo					Ativo			
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/03/2023	Depósito judicial		
							31/03/2023	31/12/2022	
Cíveis	15.1.1.1	15.833				770	16.603	239	223
Outros	15.1.1.2	480	100	(100)	(104)		376		
Total Não circulante		16.313	100	(100)	(104)	770	16.979	239	223

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$1.593 em 31 de março de 2023 (R\$1.546 em 31 de dezembro de 2022).

#### 15.1.1.1 Cíveis

##### Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de março de 2023 é de R\$3.141 (R\$2.989 em 31 de dezembro de 2022).

##### Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de março de 2023 é de R\$13.461 (R\$12.843 em 31 de dezembro de 2022). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de março de 2023 é de R\$13.138 (R\$13.138 em 31 de dezembro de 2022) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 10.2).

#### 15.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

#### 15.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

Nota	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Cíveis	15.1.2.1	132.106	131.894	473
Fiscais	15.1.2.2	8.867	8.474	76
Total		140.973	140.368	549

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$388 em 31 de março de 2023 (R\$238 em 31 de dezembro de 2022).

#### 15.1.2.1 Cíveis

##### Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 15.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante de R\$132.007 em 31 de março de 2023 (R\$131.748 em 31 de dezembro de 2022).

#### 15.1.2.2 Fiscais

- Processo administrativo federal, no qual discute a cobrança de PIS e COFINS creditados sobre bens e serviços relativo a 2008, o valor atualizado até 31 de março de 2023 é de R\$3.217 (R\$3.168 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Processos administrativos e judiciais, nos quais discutem a incidência do ITR (imposto Territorial Rural) sobre os imóveis localizados em área rural referente 2015 a 2018, o valor atualizado até 31 de março de 2023 é de R\$2.887. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.
- Processo Administrativo federal, que discute a homologação parcial da compensação do crédito decorrente de Saldo Negativo de IRPJ do período de 2010, o valor atualizado em 31 de março de 2023 é de R\$ 2.509. A companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

#### 15.1.2.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2023 é de R\$932 (R\$1.254 em 31 de dezembro de 2022).

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 15.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação – LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimo e máximo para a vigência da LO, portanto, a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o período foram de R\$2.351 (R\$1.048 em 2022). A totalidade destes montantes refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já havia sido provisionado e capitalizado.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2022	Pagamentos	Atualização monetária	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2023
Circulante	6.434	(2.351)	166	93	4.342
Não circulante	1.991		54		2.045
<b>Total</b>	<b>8.425</b>	<b>(2.351)</b>	<b>220</b>	<b>93</b>	<b>6.387</b>

#### 16 Patrimônio líquido

##### 16.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$961.794. Para fins das informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 14). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não ocorreram variações na composição do Capital social em 31 de março de 2023 face a 31 de dezembro de 2022. Segue abaixo a composição do Capital social:

Acionistas	31/03/2023 e 31/12/2022											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	<b>402.202</b>	<b>100,00</b>	<b>255.560</b>	<b>100,00</b>	<b>16.289</b>	<b>100,00</b>	<b>5.156</b>	<b>100,00</b>	<b>107.199</b>	<b>100,00</b>	<b>786.406</b>	<b>100,00</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 16.2 Reservas

	Nota	31/03/2023	31/12/2022
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	16.2.1	14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal		61.149	61.149
Retenção de lucros	16.2.2	30.416	16.816
Lucro do exercício a deliberar	13 e 16.2.3		57.895
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	16.2.4	12.918	12.918
		104.483	148.778
Total		118.956	163.251

#### 16.2.1 Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

#### 16.2.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R\$30.416 é decorrente do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito na nota 14.2.

#### 16.2.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$57.895, R\$44.295 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 13) e R\$13.600 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C". Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 26 de abril de 2023.

#### 16.2.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

#### 17 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, elas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Nota	MWh		R\$	
	2023	2022	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	7.781	8.195	2.524	2.360
Energia de curto prazo	2.422	1.804	202	210
Arrendamentos e aluguéis			51.031	57.970
Outras receitas operacionais			233	210
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>10.203</b>	<b>9.999</b>	<b>53.990</b>	<b>60.750</b>
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS			(4.994)	(5.619)
P&D			(24)	(22)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(83)	(82)
Taxa de fiscalização			(8)	(8)
			(115)	(112)
<b>Receitas</b>	<b>10.203</b>	<b>9.999</b>	<b>48.881</b>	<b>55.019</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 18 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março					
	2023					
	Nota	Custo do serviço		Despesas operacionais		Total
Com energia elétrica		De operação	Gerais e administrativas	Outras		
Energia elétrica comprada para revenda		21			21	
Encargos de uso da rede elétrica		211			211	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	18.1		3.559	1.102	4.661	
Material			227	14	241	
Serviços de terceiros	18.2		662	1.077	1.739	
Depreciação - Imobilizado em serviço	10.2		8.780	30	8.810	
Depreciação - Ativos de direito de uso	10.2		44		44	
Amortização			1.105	70	1.175	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.1.1			(4)	(4)	
Arrendamentos e aluguéis			407	83	490	
Outras		1	135	313	449	
<b>Total</b>		<b>233</b>	<b>14.919</b>	<b>2.689</b>	<b>(4)</b>	<b>17.837</b>

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março					
	2022					
	Nota	Custo do serviço		Despesas operacionais		Total
Com energia elétrica		De operação	Gerais e administrativas	Outras		
Energia elétrica comprada para revenda		20			20	
Encargos de uso da rede elétrica		191			191	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	18.1		3.289	882	4.171	
Material			245	1	246	
Serviços de terceiros	18.2		1.159	1.160	2.319	
Depreciação - Imobilizado em serviço	10.2		8.769	33	8.802	
Depreciação - Ativos de direito de uso	10.2			57	57	
Amortização			851	30	881	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				5	5	
Arrendamentos e aluguéis			10	55	65	
Outras		1	141	345	487	
<b>Total</b>		<b>212</b>	<b>14.464</b>	<b>2.563</b>	<b>5</b>	<b>17.245</b>

#### 18.1 Pessoal e Administradores

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2023	2022
<b>Pessoal</b>		
Remuneração	2.430	2.220
Encargos	877	770
Previdência privada - Corrente	23	21
Despesas rescisórias	41	11
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	414	350
Outros benefícios - Corrente	522	535
Outros benefícios pós-emprego	83	29
Outros		(13)
	<b>4.390</b>	<b>3.923</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários e encargos	251	241
Benefícios dos administradores	20	7
	<b>271</b>	<b>248</b>
	<b>4.661</b>	<b>4.171</b>

#### 18.2 Serviços de terceiros

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2023	2022
Serviços de consultoria	289	793
Serviços de manutenção	179	295
Serviços de limpeza e vigilância	389	359
Serviços ambientais	33	57
Serviços de informática	174	235
Serviços de publicação e publicidade	213	28
Serviços de telecomunicações	46	42
Serviços de transporte	38	52
Serviços compartilhados	315	372
(-) Crédito de PIS/COFINS	(51)	(39)
Outros	115	125
	<b>1.739</b>	<b>2.319</b>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 19 Resultado financeiro

	Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
		2023	2022
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	8.362	3.211
Energia vendida		1	5
Depósitos judiciais		32	16
Juros e multa sobre tributos			91
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(391)	(155)
Outras receitas financeiras		60	17
		<u>8.064</u>	<u>3.185</u>
Despesas financeiras			
Empréstimos e financiamentos	14.2	(13.600)	(1.953)
Ajustes a valor presente	14.2	(2.104)	(2.030)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.1.1	(770)	(829)
Uso do bem público		(1.269)	(3.798)
Benefícios pós-emprego		(29)	(30)
Arrendamentos e aluguéis	9.1	145	(48)
Outros juros e variações		(312)	(591)
Outras despesas financeiras		(12)	(18)
		<u>(17.951)</u>	<u>(9.297)</u>
		<u>(9.887)</u>	<u>(6.112)</u>

#### 20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	21.157	31.663
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(7.193)</u>	<u>(10.765)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(19)	(14)
Juros sobre as ações preferenciais	(4.624)	(664)
Outras	57	51
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(11.779)</u>	<u>(11.392)</u>
Alíquota Efetiva	55,7%	36,0%

#### 21 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2023	2022
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	1.532	12.425
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	598	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	<u>3.933</u>	<u>3.933</u>
	<u>9.378</u>	<u>20.271</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	<u>107.199</u>	<u>107.199</u>
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,00381	0,03089
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,03670	0,03669
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,03669	0,03669

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes (Nota 21.1)	Resultado por classe de ações
<b>2023</b>			
Ordinárias (ON)	4.797	(3.265)	1.532
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.048	78	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	194	404	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	61	128	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	1.278	2.655	3.933
	<u>9.378</u>	<u>-</u>	<u>9.378</u>
<b>2022</b>			
Ordinárias (ON)	10.367	2.058	12.425
Preferenciais Classe "R" (PNR)	6.588	(3.462)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	420	178	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	133	56	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	2.763	1.170	3.933
	<u>20.271</u>	<u>-</u>	<u>20.271</u>

### 21.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- (i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
- (ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" têm as seguintes vantagens:

- (i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- (ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- (iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

### 22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

### 22.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

### 22.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Ativos Financeiros	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	256.680	233.810	256.680	233.810
			<u>256.680</u>	<u>233.810</u>	<u>256.680</u>	<u>233.810</u>
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	22.153	21.934	22.153	21.934
Concessionárias		Nível 2	1.136	1.117	1.136	1.117
Rendas a receber	5	Nível 2	17.010	19.323	17.010	19.323
			<u>40.299</u>	<u>42.374</u>	<u>40.299</u>	<u>42.374</u>
			<u>296.979</u>	<u>276.184</u>	<u>296.979</u>	<u>276.184</u>

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	12	Nível 2	3.560	6.086	3.560	6.086
Uso do bem público		Nível 2	70.411	71.042	76.020	76.802
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						
Moeda nacional	14	Nível 2	110.653	109.836	127.537	111.833
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	923	489	923	489
Arrendamentos e aluguéis	9.1	Nível 2	925	995	1.142	950
Licenças Ambientais	15.2	Nível 2	6.359	10.586	6.387	8.425
			<u>192.831</u>	<u>199.034</u>	<u>215.569</u>	<u>204.585</u>

### 22.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

#### 22.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de março de 2023 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

##### 22.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Resolução CVM nº 2/20, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas por meio de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
			Até 1 ano					
Aplicação financeira - CDB	CDI	256.680	19.656	19.656	4.822	9.610	(4.857)	(9.751)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>256.680</b>	<b>19.656</b>	<b>19.656</b>	<b>4.822</b>	<b>9.610</b>	<b>(4.857)</b>	<b>(9.751)</b>

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 7,6% e 14,2% a.a.

## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 22.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de março de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/03/2023					31/12/2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	2.939	352	269			3.560
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				923		923
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			26.395	13.162	87.980	127.537
Uso do bem público		2.111	6.162	33.029	34.718	76.020
Arrendamentos e aluguéis	20	57	102	515	448	1.142
Licenças Ambientais		477	3.865	2.045		6.387
	<u>2.959</u>	<u>2.997</u>	<u>36.793</u>	<u>49.674</u>	<u>123.146</u>	<u>215.569</u>
						<u>204.585</u>

#### 22.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

#### 22.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

#### 22.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

##### • Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

##### • Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

##### • Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

#### 22.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL e Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.



## Notas Explicativas



### Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.2

#### Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/03/2023	31/12/2022
Seguro de vida	Aval de acionista	12.796	12.440
Ações judiciais	Seguro garantia	685	652
		13.481	13.092

#### \* \* \* CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**João Manuel Veríssimo Marques da Cruz**  
Conselheiro

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Conselheiro

**Edison Antônio Costa Britto Garcia**  
Conselheiro

#### CONSELHO FISCAL

**Allain Brasil Bertrand Júnior**  
Conselheiro

**Felipe Ha Jung Kim**  
Conselheiro

**João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa**  
Conselheiro

**Marcelo Joaquim Pacheco**  
Conselheiro

**Maurício Rocha Alves de Carvalho**  
Conselheiro

#### DIRETORIA ESTATUTÁRIA

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

**Rodolfo Colli da Cunha**  
Diretor Vice-Presidente

**Plácido Gonçalves Meirelles Junior**  
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

**Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho**  
Diretor Vice-Presidente de Controle

**Patrícia Pereira Kleiber**  
Diretora Vice-Presidente

**José Gleylson Fernandes Silva**  
Diretor Administrativo e Financeiro

#### CONTABILIDADE

**Leandro Carron Rigamonte**  
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

**Renan Silva Sobral**  
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos  
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

## **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**



### **Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

Conforme Art.21 da Instrução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

## **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**



### **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas  
Investco S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de três meses findo em 31 de março de 2022, obtidas das informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2022 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 2 de maio de 2022 e 27 de fevereiro de 2023, respectivamente, sem ressalvas.

#### Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 27 de abril de 2023 às 14:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 31 de março de 2023, manifestamo-nos, por maioria de votos, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 27 de abril de 2023.

FELIPE HA JONG KIM  
Conselheiro Efetivo

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR  
Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA  
Conselheiro Efetivo

MARCELO JOAQUIM PACHECO  
Conselheiro Efetivo

MAURÍCIO ROCHA ALVES DE CARVALHO  
Conselheiro Efetivo

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que, em 27 de abril 2023, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2023.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO  
Diretor Vice-Presidente de Controle

RODOLFO COLI DA CUNHA  
Diretor Vice-Presidente

PATRÍCIA PEREIRA KLEIBER  
Diretora Vice-Presidente

JOSÉ GLEYLSON FERNANDES SILVA  
Diretor Administrativo e Financeiro

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR  
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que em 27 de abril de 2023, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2023, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

**LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES**  
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

**LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO**  
Diretor Vice-Presidente de Controle

**RODOLFO COLI DA CUNHA**  
Diretor Vice-Presidente

**PATRÍCIA PEREIRA KLEIBER**  
Diretora Vice-Presidente

**JOSÉ GLEYLSON FERNANDES SILVA**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR**  
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação